

PORTARIA N\xba 823/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTI\xca DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ N\xba 024/2016, de 28 de março de 2016;

RESOLVE:

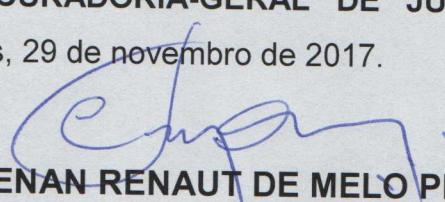
Art. 1º Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Objeto do Contrato
Camila Curcino Azevedo Matr\xedcula n\xba 117312	Meyre Hellen Mesquita Mendes Matr\xedcula n\xba 86908	054/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MALOTE, LACRE E UNIFORME OPERACIONAL , conforme descrito na cláusula Sexta e Processo administrativo nº 2017.0701.00330, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ N\xba 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTI\xca DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 29 de novembro de 2017.



CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça